



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026

Procedimento Licitatório nº 020/2026

REGISTRO DE PREÇOS

TIPO: Menor Preço por Item

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS – ☒ SIM ☐ NÃO

MODO DE DISPUTA ABERTO

O **MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG**, por intermédio do (a) Pregoeiro (a) **Irineu Silva Junior** e Equipe de Apoio, torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, no **MODO DE DISPUTA ABERTO**, com critério de julgamento: **MENOR PREÇO – ITEM**, nos termos da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e as exigências estabelecidas neste Edital.

ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS: até às 08h59min do dia 28 maio de 2026.

ABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO PARA DISPUTA DE LANCES: Dia 28 de maio de 2026 às 09h00min

SITE PARA REALIZAÇÃO DO PREGÃO: www.licitanet.com.br

O encaminhamento das propostas exclusivamente pela plataforma digital deverá ser efetuado até a data e horários fixados para abertura das propostas comerciais.

Após a abertura das propostas comerciais via plataforma digital, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas.

Não havendo expediente na data supracitada, a data limite para encaminhamento das propostas comerciais, bem como a data para a sessão do Pregão ficarão prorrogadas para o primeiro dia útil subsequente, nos mesmos horários.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da **INTERNET**, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através da **LICITANET**.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor do **Município de Pimenta/MG**, denominado (a) Pregoeiro (a), mediante a inserção e monitoramento de dados exportados, gerados e/ou transferidos para a Plataforma de Pregão Eletrônico constante da página eletrônica da **LICITANET no site:** www.licitanet.com.br

O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

cargo do licitante.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

1. DO OBJETO

O objeto da presente é a escolha da proposta mais vantajosa para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais pétreos (brita calcita e moinha dolomítica) para atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Serviços e Secretaria Municipal de Urbanismo do Município de Pimenta/MG.

A licitação **será por itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. A participação nesta licitação é restrita aos interessados cujo ramo de atividade seja compatível¹ com o objeto desta licitação e que sejam **empresas previamente credenciadas** na Plataforma de Pregão Eletrônico da LICITANET, considerando o seguinte:

2.1.1. Para o(s) item(ns)/lote(s) **02, 04 e 06** - Cota Reservada 25% (inciso III, do art. 48 da Lei nº 147/2014): destinados para empresas que se enquadrarem como Microempresas - ME, Empresas de Pequeno Porte - EPP, ou equiparadas do ramo pertinente ao objeto licitado, conforme Lei Complementar nº 123/2006 e sua alteração dada pela Lei Complementar nº 147/2014, e que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos.

2.1.1.1. Para participação no(s) item(ns)/lote(s) **02, 04 e 06** que são exclusivos para ME, EPP e equiparadas, a licitante deve apresentar declaração de enquadramento de ME, EPP e/ou equiparadas, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial, ou, Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, Declaração de Microempreendedor Individual, ou documento legal hábil a comprovar a condição ME, EPP e/ou equiparadas, emitido e datado no exercício corrente.

¹ **Nota Explicativa:** O objeto social incompatível com o objeto da licitação é impeditivo à contratação, a ser aferido na fase de habilitação jurídica. Nesse sentido o Tribunal de Contas da União, Acórdão 642/2014-Plenário.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

2.1.2. Para o(s) item(ns)/lote(s) **01, 03 e 05** - Cota Principal 75% (inciso III, do art. 48 da Lei nº 147/2014) – ampla concorrência: destinados para empresas que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital e seus Anexos.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. Pessoa jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. Pessoa jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.6.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio²;

2.6.10. Pessoa física;

2.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

² **Nota Explicativa:** A vedação de participação no processo licitatório de pessoas jurídicas reunidas em consórcio é exceção e essa opção deverá ser devidamente justificada pela Administração, nos termos do [art. 15, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#).



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. A participação do licitante no pregão eletrônico se dará exclusivamente através de Plataforma de Pregão Eletrônico, o qual deverá manifestar em campo próprio da Plataforma Eletrônica, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3.2. O acesso do licitante ao pregão eletrônico, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, somente se dará mediante prévio cadastramento e adesão aos planos elencados da plataforma credenciada:

3.2.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação, ficará a cargo do licitante.

3.3. O login e a senha do licitante poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, dentro da vigência do plano contratado pelo licitante, salvo quando suspensas por inadimplência do licitante junto à plataforma de pregão eletrônico e/ou canceladas por solicitação do licitante.

3.4. A manutenção ou alteração da senha de acesso será feita através de pedido do licitante junto ao atendimento On-Line (CHAT) do site LICITANET, sendo que a nova senha será enviada por via de e-mail, de forma imediata.

3.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, não cabendo à LICITANET a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.6. O cadastramento do licitante junto à Plataforma de Pregão Eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao certame.

3.7. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones da plataforma LICITANET - licitações online: www.licitanet.com.br: (34) 99807-6633 e (34) 3014-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

3.8. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.9. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros, tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

3.9.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

4.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha

4.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

4.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

4.5. Até o prazo final para acolhimento das propostas, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema;

4.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

4.7. O envio dos documentos de habilitação somente estará disponível após o encerramento do envio de lances e negociação dos preços com a licitante melhor classificada.

4.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do (a) Pregoeiro (a) e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

4.9. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

4.10. No cadastramento da proposta inicial (ou dos documentos de habilitação, conforme o caso), o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.10.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

cumpra plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.10.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.10.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.11. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.12. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.12.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.13. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.10 ou 4.12 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.14. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.15. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.16. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.17. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

4.17.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.17.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.³

4.18. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.18.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.18.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.19. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.17 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.20. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.21. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos, no que couber:

5.1.1. Valor unitário e total do item;

5.1.2. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, indicando, no que for aplicável: o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.3. Nos valores propostos, estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances,

³ Nota explicativa: O [artigo 19 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), admite que o licitante utilize do sistema oficial para estabelecer previamente seus lances, inclusive o lance mínimo ou o maior percentual de desconto, de modo que o sistema automaticamente receba os lances sem a necessidade de inserção manual a cada lance. A utilização desse instrumento é uma faculdade oferecida ao licitante.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração, por parte dos contratados, pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

ofertado e registrado pelo sistema.

7. DO MODO DE DISPUTA

7.1. Modo de disputa aberto:

7.1.1. O intervalo mínimo de diferença de valores⁴ entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.1.2. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**aberto**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.1.3. Prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.1.4. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.1.5. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.1.6. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o (a) Pregoeiro (a), assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.2. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.3. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.4. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.6. O Critério de julgamento adotado será o *menor preço - item*, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.7. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta inicial.

7.8. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada

⁴**Nota Explicativa:** Adotado o modo de disputa aberto, a previsão de intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances é obrigatória, conforme artigo 31, parágrafo único do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 c/c com art. 30, §3º do Decreto nº 10.024/19.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como com as demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.9. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.10. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.11. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.12. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.13. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.13.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.13.1.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.13.1.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta lei;

7.13.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.13.1.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.13.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.13.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.13.2.2. Empresas brasileiras;

7.13.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.13.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.14. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o (a) Pregoeiro (a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.14.2. O (a) Pregoeiro (a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.15. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. É facultado ao (a) Pregoeiro (a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por **outro meio** e prazo indicados pelo (a) Pregoeiro (a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. *Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o (a) Pregoeiro (a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra⁵, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da solicitação.*

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.5.3.2. Se houver a exigência de amostras, a aferição será realizada (s) pelo (s) servidor (es) designado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, caso em que será elaborado Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, com justificativa fundamentada e comparativa de cada produto analisado, se for o caso.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo (a) Pregoeiro (a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o (a) Pregoeiro (a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

⁵**Nota explicativa:** o TCU firmou jurisprudência no sentido de que tal exigência é cabível no pregão, desde que feita após a fase de lances e limitada ao licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar (Acórdãos nº 1.182/2007, nº 1.634/2007, nº 2.558/2007, nº 1.113/2008, nº 1.168/2009 e nº 1.317/2011, do Plenário, e nº 3.667/2009, 2ª Câmara), todavia, a descrição correta e detalhada do objeto a ser adquirido/contratado, na maior parte dos casos, garantirá a qualidade da contratação, sem necessidade de se exigir a apresentação de amostra, a qual deve ser reservada para situações excepcionais.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.5.3.8. Encerrada a etapa de análise será dada publicidade ao Relatório de Aceitabilidade e/ou Reprovabilidade, por meio de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Município – DOEM bem como serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim, sucessivamente na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o (a) Pregoeiro (a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o (a) Pregoeiro (a) solicitará e verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DO CADASTRO NO HABILITANET – HABILITAÇÃO

9.1. O HABILITANET constitui um módulo de registro cadastral da LICITANET, disponível no rol de menus da Sala de Disputa.

9.1.1. A habilitação dos fornecedores em licitação pertinente à aquisição de



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

bens e serviços, inclusive de obras e publicidade, poderá ser comprovada por meio de regular inscrição cadastral no HABILITANET, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame⁶ ou a futura contratação, mediante a consulta ao Cadastro de Fornecedores do Município, bem como:

9.2.1. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça

(www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.2.2. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU

(<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:2::NO:RP,2::>);

9.2.2.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.2.3. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.2.4. Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.2.5. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

9.3.1. O interessado, mediante utilização do sistema, deverá anexar os documentos de habilitação na plataforma no momento em que for convocado pelo pregoeiro a atender às condições exigidas no item 10.9, no HABILITANET

9.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo (a) Pregoeiro (a) lograr êxito em encontrar a(s)

⁶ **Nota explicativa:** A consulta aos dois cadastros – CEIS e CNJ, na fase de habilitação, é recomendação do TCU (Acórdão nº 1.793/2011 – Plenário). Trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação. A Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU abrange o cadastro do CNJ, do CEIS, do próprio TCU e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019 e § 2º, do Art. 43, do decreto Municipal nº 2584/2021.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação e/ou desclassificação.

9.5. A licitante deverá encaminhar **SOMENTE a cópia da proposta de preços ajustada**, contendo preço unitário e global com até 02 (duas) casas decimais, bem como a marca, para o **HABILITANET** para que o (a) Pregoeiro (a) possa verificar a conformidade com o preestabelecido neste Edital, **devendo ser encaminhados posteriormente os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, em original ou cópias autenticadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados após ser declarado vencedor do lote/item, para o endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000.

9.6. A não apresentação dos documentos de habilitação (em original e/ou autenticados) que não puderam ter sua veracidade aferida pelos sítios eletrônicos oficiais, no prazo estipulado de 05 (cinco) dias úteis, ensejará a inabilitação direta do licitante bem como a aplicação, nos autos do certame, das penalidades previstas no Art. 49, II do Decreto n. 10.024/2019.

9.6.1. Nos casos em que o (s) licitante (s) não **ENVIAR os documentos de habilitação que não puderam ter sua veracidade aferida pelos** sítios eletrônicos oficiais, **em original e/ou autenticados**, o(a) Pregoeiro(a) declarará sua inabilitação e convocará imediatamente, o licitante classificado em segundo lugar.

9.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Os licitantes deverão encaminhar via plataforma digital, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10.1. Habilitação jurídica:

9.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

9.10.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.10.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.10.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.10.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.10.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.10.2.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ**;

9.10.2.2. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal** relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.10.2.3. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.10.2.4. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.2.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.2.6. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);

9.10.2.7. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação nos termos do art. 3º da LC nº 123/2006, deverá apresentar:

9.10.2.8.1. **Declaração de Enquadramento de ME ou EPP, devidamente registrada e arquivada na respectiva Junta Comercial**, ou, **Certidão Simplificada** expedida pela Junta Comercial do Estado, ou, **Declaração de Microempreendedor Individual**, ou, documento legal hábil a comprovar a condição ME ou EPP, emitida no exercício corrente.

9.10.2.8.2. O licitante detentor do menor preço deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10.3. Qualificação Econômico Financeira

9.10.3.1. Certidão Civil Negativa Judicial ou Certidão Negativa específica de Falência e Concordata, datada de no **máximo 90 (noventa) dias** corridos anteriores à data de realização da sessão pública do pregão, se outro prazo não for definido na própria certidão.

9.10.4. Qualificação Técnica

9.10.4.5 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) a execução/entrega satisfatória do objeto e/ou de



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

serviços similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto licitado;

9.11. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, quando for exigido

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.13. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.14. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14.1. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

9.19. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

9.20. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

9.21. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.21.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.21.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.22. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.23. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.1.

9.24. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.25. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

9.26. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Ao licitante declarado vencedor será concedido o prazo de 2 (duas) horas (que poderá correr simultaneamente à convocação para apresentação dos documentos de habilitação), a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a), no sistema eletrônico, para apresentação da proposta final ajustada ao valor do último lance, sob pena de desclassificação e deverá atender às seguintes condições:

10.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo ser assinada pelo licitante ou seu representante legal, sendo preferível a assinatura eletrônica.

10.2. Com o intuito de oferecer agilidade ao processo de pagamento, a proposta final da licitante poderá **conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.**



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

10.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.3.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (inc. II, art. 12, da Lei nº 14.133/21).

10.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.5. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.6. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.7. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.8. Dispensa-se o envio da proposta ajustada, em via original, tendo em vista o envio da proposta na plataforma eletrônica, sendo que esta proposta final levada aos autos será utilizada no decorrer da execução do contrato.

11. DOS RECURSOS

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no **mínimo 10 (dez) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao (a) Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.3.1. Nesse momento, o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso⁷.

11.3.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de

⁷**Nota explicativa:** no juízo de admissibilidade das intenções de recurso deve ser avaliada tão somente a presença dos pressupostos recursais: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação – TCU Ac. 520/2014-Plenário, item 9.5.1.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

recorrer importará a decadência desse direito.

11.3.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos (HABILITANET), sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.



14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. A (s) projeção (s) da (s) despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação (s) orçamentária (s) própria (s), consignada (s) no orçamento municipal para o exercício corrente, na (s) seguinte (s) rubrica (s):

Ficha: 861 - 02.09.01.04.26.782.0013.2121.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.750.000
861 - 02.09.01.04.26.782.0013.2121.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.718.000
861 - 02.09.01.04.26.782.0013.2121.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.501.000
861 - 02.09.01.04.26.782.0013.2121.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.500.000
861 - 02.09.01.04.26.782.0013.2121.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.720.000
861 - 02.09.01.04.26.782.0013.2121.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.709.000
891 - 02.10.01.01.15.452.0013.2126.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.500.000
898 - 02.10.01.01.15.452.0013.2127.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.709.000
898 - 02.10.01.01.15.452.0013.2127.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.718.000
898 - 02.10.01.01.15.452.0013.2127.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.750.000
898 - 02.10.01.01.15.452.0013.2127.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.752.000
898 - 02.10.01.01.15.452.0013.2127.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.501.000
898 - 02.10.01.01.15.452.0013.2127.3.3.90.30.00 - Fonte: - 1.500.000

15. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços/Contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela(e) fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízos das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

15.3. A ata de registro de preços ou contrato será assinada(o) por meio de assinatura digital e disponibilizada no site oficial da prefeitura.

15.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços/Contratos quantos forem necessárias(os), com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

15.5. O preço registrado, quando for o caso, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

15.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar,



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços/contrato no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. As regras acerca do reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro em sentido geral, do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

19. DO PAGAMENTO

19.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

20.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

20.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

20.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

20.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

20.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

competitiva; ou

20.2.4. Deixar de apresentar amostra;

20.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

20.2.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

20.2.7. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela administração;

20.2.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

20.2.9. Fraudar a licitação

20.2.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

20.2.10.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

20.2.10.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

20.2.10.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

20.2.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

20.2.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

20.3. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa;

20.3.3. Impedimento de licitar e contratar e

20.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

20.4. Na aplicação das sanções serão considerados:

20.4.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

20.4.2. As peculiaridades do caso concreto.



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

20.4.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

20.4.4. Os danos que dela provierem para a administração pública.

20.4.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.5. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

20.5.1. Para as infrações previstas no art. 155, I, II e III da Lei 14.133/21, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

20.5.2. Para as infrações previstas no art. 155, IV à VIII da Lei 14.133/21, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

20.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

20.7. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas no art. 155, VIII à XII da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

20.9. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas no art. 155, VIII, IX, X, XI e XII da Lei 14.133/21 bem como pelas infrações administrativas previstas no art. 155, II, III, IV, V, VI e VII da Lei 14.133/21 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

20.10. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

20.11. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.12. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

20.13. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

20.14. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

20.15. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A impugnação poderá ser realizada, exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET;

21.3. Caberá ao (a) Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação, no prazo de até três dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao (a) Pregoeiro (a), exclusivamente pela forma eletrônica, pelo sistema HABILITANET, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

21.6. O (a) Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de três dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo (a) Pregoeiro (a), nos autos do processo de licitação.

21.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

22. DA PUBLICIDADE



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

22.1. O aviso deste pregão será publicado no Diário Oficial da União – DOU, Diário Oficial de Minas Gerais - IOF e Diário Oficial Eletrônico do Município de Pimenta nos termos da Lei Municipal 2004/2021, como também, disponibilizado por meio do site: www.licitanet.com.br e publicado no site oficial do município: www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

23.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

23.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

23.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

23.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

23.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

23.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

23.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

23.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na lei 14.133/2021.

23.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

23.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

23.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

- 24.1.** Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 24.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo (a) Pregoeiro (a).
- 24.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.
- 24.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 24.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Administração.
- 24.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.10.** Prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma da Lei nº 14.133/21.
- 24.11.** Havendo a celebração do contrato, o mesmo poderá ser renovado nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/21, “Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”
- 24.11.1.** Após o décimo segundo mês de vigência do contrato os preços poderão ser reajustados pela aplicação do INPC acumulado dos últimos 12 (doze) meses.
- 24.12.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.13. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.pimenta.mg.gov.br/portalprefeitura/ e site www.licitanet.com.br e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida JK, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP: 35.585-000, nos dias úteis, no horário das 08h00min horas às 17h00min horas, mesmo endereço e período no qual os autos do Procedimento Licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.14. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.14.1. ANEXO I - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.14.2. ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

Pimenta/MG, 13 de maio de 2026.

Irineu Silva Junior
Pregoeiro



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

ANEXO I – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O *MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG*, com sede no(a), na cidade de, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (*cargo e nome*), doravante denominado órgão gerenciador do Pregão, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/20..., processo administrativo n.º, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo às condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133/21, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação dos serviços de, especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, anexo do edital de *Pregão* nº/20..., que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)					
X	Especificação	Marca (<i>se exigida no edital</i>)	Unid.	Quant.	Valor Un	Valor Total

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas:

3.1.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

3.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da lei nº 14.133, de 2021; e

3.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

3.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

3.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

3.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

3.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

3.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

3.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

3.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 3.7.

3.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital ou do aviso de contratação direta*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde



que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou à planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.5. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.6. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas termo de referência anexo do Edital.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e



MUNICÍPIO DE PIMENTA

ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ Nº.: 16.725.962/0001-48

Email: licitapta3@gmail.com

MUNICÍPIO DE PIMENTA	
Folha	Visto

recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

MUNICÍPIO DE PIMENTA/MG, de de 2026.

Prefeito (a)

Licitante detentor (a)

**TERMO DE REFERÊNCIA nº 024/2026 - RETIFICADO****1. DO OBJETO**

Aquisição de **materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica)**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, destinados ao atendimento das demandas institucionais da **Secretaria de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria Municipal de Urbanismo** do Município de Pimenta/MG, visando à manutenção, pavimentação, regularização e conservação da malha viária urbana e rural, bem como ao suporte logístico de obras de engenharia e infraestrutura pública, conforme condições, especificações técnicas e diretrizes estabelecidas neste Estudo Técnico Preliminar, no **Documento de Formalização da Demanda (DFD nº 033/2026)** e nos demais instrumentos que instruirão o processo de contratação.

2. DO QUANTITATIVOS E ESPECIFICAÇÕES

2.1. A contratação será realizada por meio de processo licitatório, na modalidade **Pregão, na forma eletrônica**, sob o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, com critério de julgamento pelo **menor preço por item**, conforme condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2.2. Os itens, bem como suas especificações técnicas, quantitativos estimados e valores unitários, encontram-se pormenorizados na planilha constante na planilha abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR ESTIMADO
1	Brita calcítica (pó de pedra), com granulometria específica entre 0 (zero) e 20 mm, constituído integralmente por material britado de origem calcítica, isenta de impurezas, materiais orgânicos, argila ou quaisquer contaminantes, apresentando características físicas específicas à aplicação em obras de infraestrutura, pavimentação e serviços correlatos. ITEM DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA (75%)	T	9.000	R\$ 29,94	R\$ 269.460,00
2	Brita calcítica (pó de pedra), com granulometria específica entre 0 (zero) e 20 mm, constituído integralmente por material britado de origem calcítica, isenta de impurezas, materiais orgânicos, argila ou quaisquer contaminantes, apresentando características físicas específicas à aplicação em obras de infraestrutura, pavimentação e serviços correlatos. ESTE ITEM REFERE-SE À COTA RESERVADA DE 25% DO ITEM 1, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.	T	3.000	R\$ 29,94	R\$ 89.820,00
3	Moinha dolomítica, com granulometria específica entre 0 (zero) e 20 mm, contida por material de origem dolomítica, admitindo a presença de finos e impurezas prejudiciais ao processo de britagem, não imposta a processo de lavagem, designada à aplicação em serviços de base, sub-base, regularização e manutenção de vias, conforme necessidade	T	9.000	R\$ 31,74	R\$ 285.660,00

**MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS****CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48**E-mail: gestaocontratospta@gmail.com
gestaocontratacoespimentamg@gmail.com**Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas**

	da Administração. ITEM DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA (75%)				
4	Moinha dolomítica, com granulometria específica entre 0 (zero) e 20 mm, contida por material de origem dolomítica, admitindo a presença de finos e impurezas prejudiciais ao processo de britagem, não imposta a processo de lavagem, designada à aplicação em serviços de base, sub-base, regularização e manutenção de vias, conforme necessidade da Administração. ESTE ITEM REFERE-SE À COTA RESERVADA DE 25% DO ITEM 3, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.	T	3.000	R\$ 31,74	R\$ 95.220,00
5	Brita calcítica (pó de pedra), com granulometria específica entre 0 (zero) e 50 mm, constituído integralmente por material britado de origem calcítica, isenta de impurezas, materiais orgânicos, argila ou quaisquer contaminantes, apresentando características físicas específicas à aplicação em obras de infraestrutura, pavimentação e serviços correlatos. ITEM DESTINADO À AMPLA CONCORRÊNCIA (75%)	T	9.000	R\$ 30,08	R\$ 270.720,00
6	Brita calcítica (pó de pedra), com granulometria específica entre 0 (zero) e 50 mm, constituído integralmente por material britado de origem calcítica, isenta de impurezas, materiais orgânicos, argila ou quaisquer contaminantes, apresentando características físicas específicas à aplicação em obras de infraestrutura, pavimentação e serviços correlatos. ESTE ITEM REFERE-SE À COTA RESERVADA DE 25% DO ITEM 5, DESTINADA EXCLUSIVAMENTE À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006.	T	3.000	R\$ 30,08	R\$ 90.240,00
TOTAL ESTIMADO			R\$ 1.101.120,00		

2.3. Os itens objeto da presente contratação são classificados como **bens comuns**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, sendo amplamente ofertados por fornecedores do ramo de mineração e agregados minerais.

2.4. Os materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica) não se enquadram como bens de natureza especial, apresentando características padronizadas, com ampla disponibilidade no mercado, compatíveis com as necessidades rotineiras da Administração Pública Municipal no âmbito da infraestrutura viária.

2.5. As especificações técnicas descritas neste Termo de Referência representam os requisitos mínimos necessários ao atendimento da demanda administrativa, sendo admitido o fornecimento de materiais com características equivalentes ou superiores, desde que mantida a compatibilidade com o objeto e sem prejuízo à qualidade, durabilidade e economicidade da contratação.



2.6. Os materiais fornecidos deverão ser de **primeiro uso**, provenientes de processo regular de britagem, isentos de impurezas, materiais orgânicos, argila ou quaisquer contaminantes, devendo atender às especificações granulométricas estabelecidas, cabendo à contratada assegurar a qualidade dos produtos, bem como a substituição de materiais em desacordo com as especificações, sem ônus adicional para a Administração.

2.7. O fornecimento será realizado na modalidade **retirada na jazida ou depósito da contratada**, sendo o transporte de responsabilidade exclusiva do Município, devendo o local de disponibilização dos materiais estar situado em um raio máximo de **até 30 (trinta) quilômetros da sede do Município de Pimenta/MG**, conforme justificativa técnica constante neste processo.

3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. O valor total estimado para a presente contratação é de **R\$ 1.101.120,00 (um milhão, cento e um mil, cento e vinte reais)**, conforme especificações, quantitativos e valores unitários constantes neste Termo de Referência.

3.2. A estimativa do valor da contratação foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de preços realizada junto ao mercado, utilizando metodologia compatível com a natureza do objeto.

3.3. Para a formação dos preços de referência, foi elaborado **Mapa de Apuração de Preços por meio de sistema informatizado especializado**, o qual consolida informações provenientes de múltiplas fontes de pesquisa, garantindo maior confiabilidade e aderência à realidade do mercado.

3.4. O levantamento de preços considerou, de forma combinada, as seguintes fontes:

- contratações similares realizadas por outros órgãos públicos, obtidas por meio do Painel Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- cotações diretas com fornecedores do ramo de mineração atuantes na região.

3.5. Os dados coletados foram devidamente analisados, tratados e consolidados, sendo adotada, para fins de definição dos valores unitários estimados, a **média aritmética dos preços obtidos**, metodologia considerada adequada diante da natureza homogênea dos insumos minerais e da variação moderada dos valores apurados.

3.6. A utilização da média aritmética como critério de formação dos preços permite maior representatividade dos valores praticados no mercado, reduzindo a influência de preços isolados ou discrepantes e assegurando maior confiabilidade na estimativa.

3.7. Os valores estimados encontram-se compatíveis com os praticados no mercado regional de agregados minerais, evidenciando a viabilidade econômica da contratação e o atendimento aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

3.8. Ressalta-se que os valores estimados possuem caráter meramente referencial, sendo utilizados para fins de planejamento da contratação e como parâmetro para análise da



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

vantajosidade das propostas, podendo sofrer variações conforme os lances apresentados no certame.

3.9. Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), os quantitativos definidos possuem caráter estimativo, não havendo obrigatoriedade de aquisição integral, podendo os itens ser solicitados de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração Municipal ao longo da vigência da ata.

3.10. Destaca-se, ainda, que os valores estimados contemplam exclusivamente o custo dos materiais pétreos, não incluindo despesas com transporte (frete), tendo em vista que a retirada dos insumos será realizada diretamente pelo Município, por meio de frota própria, conforme estratégia de economicidade adotada pela Administração.

4. PRAZO DE VIGÊNCIA

4.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços decorrente da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

4.2. Considerando a natureza do objeto, caracterizado por demanda variável e execução conforme a necessidade da Administração, não há obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos estimados, sendo a utilização dos itens condicionada à efetiva demanda da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria Municipal de Urbanismo.

4.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, deverão ser observadas todas as obrigações estabelecidas neste Termo de Referência, bem como as disposições constantes na legislação aplicável às contratações públicas.

5. DA JUSTIFICATIVA, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente contratação tem por finalidade garantir o fornecimento contínuo de **materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica)**, essenciais para a execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria de Urbanismo do Município de Pimenta/MG.

Os referidos materiais são amplamente utilizados na **manutenção, conservação, recuperação e melhoria da malha viária urbana e rural**, incluindo:

- revestimento e regularização de estradas vicinais;
- manutenção de vias não pavimentadas;
- apoio a obras de drenagem e infraestrutura;
- execução de serviços de base e sub-base de pavimentação;
- atendimento a demandas emergenciais relacionadas à trafegabilidade.

A adequada conservação da malha viária municipal é fator essencial para:

- garantir a **segurança no tráfego de veículos e pedestres**;
- assegurar o **escoamento da produção rural**, relevante para a economia local;



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- viabilizar o **acesso da população a serviços públicos essenciais**, como saúde e educação;
- reduzir custos operacionais com manutenção corretiva de vias;
- promover melhores condições de mobilidade urbana e rural.

Entretanto, verifica-se que a demanda por materiais pétreos é **contínua, variável e, em muitos casos, imprevisível**, especialmente em razão de fatores como:

- condições climáticas (períodos chuvosos que impactam as vias);
- desgaste natural das estradas;
- aumento do fluxo de veículos pesados;
- necessidade de intervenções emergenciais.

Nesse contexto, a insuficiência ou indisponibilidade desses materiais pode ocasionar:

- comprometimento da trafegabilidade das vias;
- aumento de custos com manutenção emergencial;
- prejuízos à população rural e urbana;
- impactos negativos nas atividades econômicas locais;
- dificuldades na execução das ações da Secretaria de Obras e Urbanismo.

Diante desse cenário, evidencia-se a necessidade de realização da presente contratação, de modo a garantir o abastecimento regular de materiais essenciais à manutenção da infraestrutura viária municipal.

A solução adotada, por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, mostra-se a mais adequada à natureza da demanda, tendo em vista sua característica de consumo contínuo e não totalmente previsível, permitindo que a Administração realize aquisições de forma **parcelada e conforme a necessidade** ao longo da vigência da ata.

A adoção do SRP proporciona relevantes benefícios à Administração Pública, tais como:

- maior flexibilidade na gestão das aquisições;
- redução do risco de compras excessivas ou insuficientes;
- melhor planejamento logístico e operacional;
- otimização dos recursos orçamentários;
- ganho de escala e maior competitividade entre fornecedores;
- maior agilidade no atendimento das demandas.

No âmbito do planejamento da contratação, foram analisadas alternativas para atendimento da necessidade, tais como aquisições pontuais e contratações isoladas. Contudo, tais alternativas mostraram-se menos eficientes, diante da fragmentação da demanda, da perda de economicidade e da maior complexidade na gestão contratual.

Por sua vez, a centralização da contratação por meio de registro de preços permite:

- padronização dos materiais;
- racionalização dos procedimentos administrativos;
- maior controle na execução e fiscalização;
- melhor aproveitamento dos recursos públicos.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Destaca-se que os quantitativos e especificações dos materiais foram definidos com base em levantamento técnico realizado pela Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria Municipal de Urbanismo, consolidado no **Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 033/2026**, considerando o histórico de consumo, as necessidades operacionais e as características das atividades desenvolvidas.

A estimativa de preços foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com base em pesquisa de mercado realizada em múltiplas fontes, incluindo contratações similares de outros órgãos públicos, bases oficiais e cotações diretas com fornecedores, sendo adotada a **média aritmética** como metodologia de cálculo, por se mostrar adequada à natureza homogênea dos insumos e à variação moderada dos preços.

Adicionalmente, optou-se pela **retirada dos materiais diretamente na jazida ou depósito da contratada**, com utilização de frota própria do Município, estratégia que visa à redução de custos com transporte e ao aumento da eficiência operacional.

Para tanto, foi estabelecido o limite de **até 30 (trinta) quilômetros** da sede do Município para localização dos fornecedores, de forma a garantir viabilidade logística e, ao mesmo tempo, assegurar ampla competitividade no certame, considerando a existência de diversas empresas do ramo na região.

Dessa forma, a presente contratação mostra-se:

- **tecnicamente necessária**, diante da demanda contínua por manutenção viária;
- **operacionalmente viável**, considerando a estrutura logística do Município;
- **economicamente vantajosa**, em razão da adoção do SRP e da retirada direta dos materiais;
- **juridicamente adequada**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Conclui-se, portanto, que a contratação pretendida é medida indispensável para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade das ações de infraestrutura desenvolvidas pelo Município de Pimenta/MG, atendendo plenamente ao interesse público.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de **recursos próprios**, havendo dotação orçamentária suficiente para o custeio da despesa, possibilitando o regular prosseguimento do processo administrativo de contratação, conforme as seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços

FICHA 861 - 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte: 1.750.000
FICHA 861 - 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte: 1.718.000
FICHA 861 - 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte: 1.501.000
FICHA 861 - 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte: 1.500.000
FICHA 861 - 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte: 1.720.000
FICHA 861 - 02.09.01 26.782.0013.2121 3.3.90.30.00 Fonte: 1.709.000



Secretaria Municipal de Urbanismo

FICHA 891 - 02.10.01 15.452.0013.2126 3.3.90.30.00 Fonte: 1.500.000
FICHA 898 - 02.10.01 15.452.0013.2127 3.3.90.30.00 Fonte: 1.709.000
FICHA 898 - 02.10.01 15.452.0013.2127 3.3.90.30.00 Fonte: 1.718.000
FICHA 898 - 02.10.01 15.452.0013.2127 3.3.90.30.00 Fonte: 1.750.000
FICHA 898 - 02.10.01 15.452.0013.2127 3.3.90.30.00 Fonte: 1.752.000
FICHA 898 - 02.10.01 15.452.0013.2127 3.3.90.30.00 Fonte: 1.501.000
FICHA 898 - 02.10.01 15.452.0013.2127 3.3.90.30.00 Fonte: 1.500.000

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A solução proposta para atendimento da necessidade identificada consiste na **contratação de empresa(s) para fornecimento de materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica)**, por meio de licitação na modalidade **pregão eletrônico**, sob o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria de Urbanismo do Município de Pimenta/MG.

A contratação abrange o fornecimento **parcelado** dos materiais, conforme a necessidade da Administração, considerando tratar-se de insumos padronizados, amplamente disponíveis no mercado, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

Os materiais a serem fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente no que se refere a:

- granulometria adequada;
- origem mineral (calcítica ou dolomítica);
- ausência de impurezas, materiais orgânicos ou contaminantes;
- adequação ao uso em serviços de infraestrutura viária.

A solução adotada contempla, de forma integrada, os seguintes aspectos:

- fornecimento de materiais pétreos destinados à manutenção, conservação e recuperação da malha viária urbana e rural;
- disponibilização dos materiais para retirada diretamente na jazida ou depósito da contratada;
- atendimento parcelado, conforme demanda da Administração;
- garantia da qualidade dos materiais fornecidos;
- substituição de materiais em desacordo com as especificações, sem ônus para a Administração.

A contratação será operacionalizada por meio de **Ata de Registro de Preços**, permitindo à Administração realizar aquisições conforme a necessidade, sem obrigatoriedade de contratação integral dos quantitativos estimados.

7.1. Ciclo de Vida do Objeto

Considerando a natureza do objeto, fornecimento de insumos minerais sob demanda, o ciclo de



vida da solução compreende as seguintes etapas:

- a) Planejamento e identificação da demanda:** A Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria Municipal de Urbanismo realiza o levantamento das necessidades com base no histórico de consumo, nas condições da malha viária e nas demandas operacionais, conforme consolidado no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 033/2026.
- b) Solicitação de fornecimento:** Durante a vigência da ata de registro de preços, as solicitações serão realizadas de forma parcelada, conforme a necessidade, mediante emissão de empenho ou instrumento equivalente, indicando os itens e quantitativos a serem retirados.
- c) Disponibilização dos materiais:** A contratada deverá disponibilizar os materiais em sua jazida ou depósito, em condições adequadas para retirada, garantindo o cumprimento das especificações técnicas e a regularidade do fornecimento.
- d) Retirada e transporte:** A retirada e o transporte dos materiais serão realizados pelo Município, por meio de frota própria, sendo a contratada responsável por assegurar condições adequadas de carregamento, incluindo acesso, organização do local e apoio operacional.
- e) Controle de carga e conferência:** A Administração realizará o controle das quantidades retiradas, podendo utilizar mecanismos como conferência visual, controle de viagens e, quando aplicável, aferição por pesagem, garantindo a correspondência entre o material solicitado e o efetivamente fornecido.
- f) Recebimento:** O recebimento dos materiais ocorrerá de forma contínua, conforme a retirada, sendo realizada a verificação quanto à qualidade, granulometria e conformidade com as especificações técnicas estabelecidas.
- g) Utilização dos materiais:** Os materiais serão empregados diretamente nas atividades de manutenção, conservação e melhoria das vias públicas, conforme planejamento da Secretaria de Obras e Secretaria de Urbanismo.
- h) Substituição de materiais:** Na hipótese de fornecimento de material em desacordo com as especificações, a contratada deverá proceder à substituição, sem ônus para a Administração, garantindo a qualidade da execução dos serviços.
- i) Controle e gestão da ata:** A gestão da Ata de Registro de Preços será realizada pela Administração, com acompanhamento das retiradas, controle dos saldos registrados e fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais.
- j) Encerramento da vigência:** Ao término da vigência da ata, será realizado o encerramento formal da contratação, com avaliação dos resultados obtidos e verificação do atendimento das necessidades administrativas.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Ressalta-se que os preços registrados contemplam exclusivamente o fornecimento dos materiais, não incluindo custos com transporte, tendo em vista que a retirada será realizada diretamente pelo Município.

Destaca-se, ainda, que a adoção do Sistema de Registro de Preços proporciona maior flexibilidade administrativa, permitindo aquisições conforme a necessidade, evitando desperdícios, reduzindo custos operacionais e promovendo melhor gestão dos recursos públicos.

Dessa forma, a solução proposta mostra-se **tecnicamente adequada, operacionalmente eficiente e economicamente vantajosa**, atendendo plenamente às necessidades da Administração, em consonância com os princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A presente seção estabelece os requisitos técnicos, operacionais e administrativos necessários para a contratação de empresa(s) especializada(s) no **fornecimento de materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica)**, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços e Secretaria de Urbanismo do Município de Pimenta/MG.

O objetivo da contratação é assegurar que os materiais sejam fornecidos com qualidade, regularidade e em conformidade com as especificações técnicas exigidas, garantindo sua adequada utilização nos serviços de manutenção, conservação e recuperação da infraestrutura viária municipal.

Para o cumprimento do objeto, a(s) empresa(s) contratada(s) deverá(ão) atender integralmente às exigências estabelecidas neste Termo de Referência, no processo administrativo correspondente e na legislação vigente, especialmente na Lei nº 14.133/2021.

8.1. Condições de Fornecimento

O fornecimento dos materiais ocorrerá de forma **parcelada e sob demanda**, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Autorização de Fornecimento, Nota de Empenho ou instrumento equivalente.

Os materiais deverão ser **disponibilizados para retirada diretamente na jazida ou depósito da contratada**, sendo o transporte de responsabilidade exclusiva do Município de Pimenta/MG.

A contratada deverá garantir:

- disponibilidade contínua dos materiais;
- condições adequadas para carregamento;
- acesso regular ao local de retirada;
- apoio operacional durante o carregamento, quando necessário.

8.2. Requisito de Localização do Fornecedor (Raio de Atuação) e Justificativa Técnica

Como requisito da contratação, a jazida ou depósito da contratada deverá estar localizado em um raio máximo de até 30 (trinta) quilômetros da sede do Município de Pimenta/MG.



A definição desse limite decorre de critérios técnicos e operacionais devidamente fundamentados, considerando que:

- o transporte dos materiais será realizado por frota própria do Município, impactando diretamente nos custos operacionais da contratação;
- distâncias superiores acarretam aumento significativo de despesas com combustível, desgaste da frota, manutenção e tempo de deslocamento;
- a limitação geográfica contribui para maior eficiência logística, celeridade no atendimento das demandas e melhor aproveitamento dos recursos públicos;
- levantamento de mercado realizado na fase preparatória identificou a existência de número suficiente de fornecedores aptos dentro do raio estabelecido, não havendo prejuízo à competitividade do certame.

Ressalta-se que o presente critério foi definido com base em adequação técnica superveniente ao Estudo Técnico Preliminar, no qual se considerou inicialmente raio superior, sendo posteriormente ajustado com base em dados concretos de mercado, em observância aos princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, o requisito estabelecido busca equilibrar a eficiência operacional da Administração com a garantia de ampla competitividade.

8.3. Especificações Técnicas dos Materiais

Os materiais fornecidos deverão atender rigorosamente às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 033/2026.

Os produtos deverão:

- ser provenientes de processo regular de britagem;
- apresentar granulometria compatível com as especificações de cada item;
- ser isentos de impurezas, materiais orgânicos, argila ou contaminantes;
- possuir características adequadas ao uso em serviços de infraestrutura viária;
- atender às normas técnicas aplicáveis, quando houver.

Será admitido o fornecimento de materiais com características equivalentes ou superiores, desde que comprovada a compatibilidade.

8.4. Recebimento, Conferência e Controle

O recebimento dos materiais ocorrerá de forma contínua, conforme a retirada, sendo realizado o controle das quantidades e da qualidade dos insumos fornecidos.

A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, os materiais que:

- estejam em desacordo com as especificações;
- apresentem baixa qualidade ou contaminação;
- não atendam às condições estabelecidas neste Termo de Referência.

A contratada deverá substituir os materiais recusados, sem ônus adicional, no prazo estabelecido pela Administração.

8.5. Qualidade dos Materiais

Os materiais fornecidos deverão apresentar padrão de qualidade compatível com o uso em manutenção e recuperação de vias, garantindo:



- resistência mecânica adequada;
- durabilidade;
- desempenho satisfatório nas aplicações previstas.

A Administração poderá realizar inspeções visuais e, quando necessário, verificações técnicas para aferição da qualidade dos materiais.

8.6. Logística de Retirada

A retirada dos materiais será realizada pelo Município, por meio de frota própria, cabendo à contratada:

- garantir organização e segurança no local de carregamento;
- permitir acesso aos veículos da Administração;
- assegurar agilidade no carregamento, evitando atrasos operacionais.

8.7. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

8.8. Garantia da Contratação

Não será exigida garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, salvo disposição em contrário no instrumento convocatório.

8.9. Responsabilidades da Contratada

A contratada será responsável por:

- cumprir integralmente as condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- garantir a qualidade e conformidade dos materiais fornecidos;
- disponibilizar os materiais conforme demanda da Administração;
- substituir materiais em desacordo com as especificações;
- arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros;
- manter, durante toda a vigência da ata, as condições de habilitação exigidas.

8.10. Observações Gerais

Os materiais fornecidos deverão atender rigorosamente aos padrões técnicos e de qualidade exigidos, garantindo a adequada execução dos serviços de infraestrutura viária.

A adoção do Sistema de Registro de Preços exige que a contratada mantenha capacidade de fornecimento contínuo, assegurando regularidade, eficiência e confiabilidade no atendimento das demandas da Administração.

9. EXECUÇÃO DO OBJETO - CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO DO OBJETO

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade da Administração Municipal, mediante emissão de Nota de Empenho, Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.



O objeto consiste no fornecimento de materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica), conforme especificações técnicas e quantitativos estimados constantes neste Termo de Referência e no Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 033/2026.

9.1. Disponibilização dos Materiais

A contratada deverá disponibilizar os materiais em sua jazida ou depósito, devidamente organizados e aptos para retirada, garantindo:

- fornecimento contínuo e compatível com a demanda;
- condições adequadas de acesso ao local;
- disponibilidade de equipamentos para carregamento;
- regularidade no atendimento das solicitações da Administração.

9.2. Condições de Fornecimento

O fornecimento deverá observar os seguintes requisitos:

- disponibilização de materiais de acordo com as especificações técnicas;
- materiais provenientes de processo regular de britagem;
- ausência de impurezas, materiais orgânicos ou contaminantes;
- manutenção de padrão de qualidade adequado ao uso em infraestrutura viária;
- substituição de materiais em desacordo com as especificações.

9.3. Retirada e Transporte

A retirada e o transporte dos materiais serão realizados **exclusivamente pelo Município**, por meio de frota própria.

Caberá à contratada:

- permitir o acesso dos veículos da Administração ao local;
- disponibilizar estrutura adequada para carregamento;
- garantir agilidade no atendimento;
- assegurar condições seguras para operação.

9.4. Controle de Quantidade e Medição

O controle das quantidades fornecidas será realizado pela Administração, com base nos seguintes critérios:

- registro das retiradas realizadas;
- controle de viagens efetuadas;
- conferência visual dos volumes carregados;
- utilização de pesagem, quando disponível, por meio de balança na jazida ou em outro ponto de controle.

A contratada deverá fornecer, quando aplicável, **comprovante de pesagem ou documento equivalente**, contendo a identificação do material, data e quantidade fornecida.

9.5. Recebimento e Conferência

O recebimento dos materiais ocorrerá de forma contínua, conforme a retirada, sendo realizado por servidor designado pela Administração.

A Administração poderá:

- recusar materiais fora das especificações;
- suspender a retirada até regularização;
- determinar a substituição de materiais inadequados.



9.6. Fiscalização da Execução

A fiscalização será realizada por servidor designado pela Administração, cabendo a este:

- acompanhar a execução do fornecimento;
- verificar a qualidade dos materiais;
- controlar os quantitativos retirados;
- registrar ocorrências;
- atestar o fornecimento para fins de pagamento.

9.7. Não Conformidade dos Materiais

Não será admitido o fornecimento de materiais em desconformidade com as especificações, sendo facultado à Administração:

- recusar, total ou parcialmente, os materiais;
- exigir substituição imediata;
- suspender o fornecimento;
- aplicar sanções administrativas cabíveis.

9.8. Substituição de Materiais

A contratada deverá substituir, sem ônus para a Administração, os materiais que:

- não atendam às especificações técnicas;
- apresentem baixa qualidade;
- sejam considerados inadequados para uso.

9.9. Condições de Regularidade

A contratada deverá manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços:

- regularidade fiscal e trabalhista;
- capacidade técnica e operacional;
- cumprimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

10. GESTÃO DO CONTRATO

10.1. A Ata de Registro de Preços e os instrumentos dela decorrentes deverão ser executados fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas, com as disposições deste Termo de Referência e com as normas da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão da execução, devidamente justificados, os prazos poderão ser ajustados, mediante formalização, nos termos da legislação aplicável.

10.3. As comunicações entre a Administração Municipal e a contratada deverão ser realizadas preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico institucional, garantindo o devido registro das tratativas.

10.4. Após a formalização da Ata de Registro de Preços, poderá ser realizada reunião inicial entre as partes, com o objetivo de alinhar procedimentos operacionais, fluxo de retirada, controle de fornecimento, critérios de medição e fiscalização.

10.5. Fiscalização e Acompanhamento

A execução será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, na qualidade de **Fiscal do Contrato**, bem como por seu substituto, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.



Compete ao Fiscal:

- acompanhar a disponibilização e fornecimento dos materiais;
- verificar a conformidade dos insumos com as especificações técnicas;
- controlar os quantitativos efetivamente retirados;
- conferir documentos de controle (tickets, registros de carga ou equivalentes);
- registrar ocorrências relacionadas à execução;
- atestar o fornecimento para fins de pagamento.

O Fiscal deverá observar especialmente:

- a correspondência entre o material solicitado e o efetivamente fornecido;
- a qualidade dos materiais disponibilizados;
- a regularidade no atendimento das demandas;
- a correta apuração dos quantitativos fornecidos.

Identificada qualquer irregularidade, o Fiscal deverá notificar formalmente a contratada para correção, fixando prazo para regularização.

10.6. Gestão Contratual

O Gestor do Contrato será responsável pelo acompanhamento global da execução, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Compete ao Gestor:

- supervisionar as atividades do Fiscal;
- acompanhar a execução administrativa e financeira;
- analisar relatórios de fornecimento e consumo;
- controlar o saldo da Ata de Registro de Preços;
- verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- adotar providências em caso de descumprimento contratual.

O Gestor deverá manter atualizado o processo administrativo com todos os registros relevantes da execução.

10.7. Medição e Recebimento do Objeto

O fornecimento será medido com base nos quantitativos efetivamente disponibilizados e retirados pela Administração, observando-se:

- registros de retirada;
- controle de viagens realizadas;
- documentos emitidos pela contratada;
- comprovantes de pesagem, quando disponíveis.

O recebimento ocorrerá de forma contínua, conforme a retirada dos materiais, sendo:

- **recebimento provisório:** no momento da retirada, com conferência preliminar;
- **recebimento definitivo:** após verificação da conformidade dos materiais e validação dos quantitativos.

Somente serão considerados para pagamento os materiais efetivamente fornecidos e devidamente atestados pela fiscalização.

10.8. Encaminhamento para Pagamento



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Após o atesto do Fiscal, o Gestor encaminhará a documentação ao setor competente para liquidação e pagamento da despesa.

A documentação deverá conter, no mínimo:

- nota fiscal emitida pela contratada;
- relatório ou controle de fornecimento/retirada;
- comprovantes de medição (quando houver);
- atesto do Fiscal do Contrato.

10.9. Disposições Gerais da Gestão

A contratada deverá manter, durante toda a execução, as condições de regularidade fiscal, trabalhista, técnica e operacional exigidas.

A execução contratual deverá observar os princípios da eficiência, economicidade, continuidade do serviço público e interesse público, conforme a Lei nº 14.133/2021.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1. Do Recebimento e Medição

11.1.1. O objeto será recebido de forma **contínua e por medição**, conforme os quantitativos efetivamente disponibilizados e retirados pela Administração, não se aplicando a lógica de entrega única.

11.1.2. A medição será realizada com base nos materiais efetivamente fornecidos, considerando:

- registros de retirada realizados pela Administração;
- controle de cargas (viagens efetuadas);
- documentos emitidos pela contratada;
- comprovantes de pesagem, quando disponíveis.

11.1.3. A medição observará rigorosamente as unidades previstas na planilha de referência, sendo adotada como unidade principal a **tonelada (t)**.

11.1.4. Para fins de controle e conferência, poderão ser utilizados:

- tickets de balança;
- registros de carregamento;
- controle de viagens;
- relatórios de retirada.

11.1.5. Não serão medidos ou pagos:

- materiais não retirados pela Administração;
- quantitativos não comprovados;
- materiais em desconformidade com as especificações técnicas.

11.1.6. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações, devendo a contratada providenciar a substituição, sem ônus adicional.

11.1.7. O recebimento não exclui a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, conformidade e adequação dos materiais fornecidos.

11.2. Da Emissão da Nota Fiscal



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

11.2.1. A Contratada deverá emitir **Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)** em nome do Município de Pimenta/MG, inscrito no CNPJ nº 16.725.962/0001-48, com sede na Avenida Juscelino Kubitschek, nº 396, Centro, Pimenta/MG, CEP 35.585-000.

11.2.2. A Nota Fiscal deverá conter, obrigatoriamente:

- número do Processo Administrativo;
- número da Ata de Registro de Preços e/ou instrumento equivalente;
- descrição detalhada dos materiais fornecidos;
- período de fornecimento;
- quantitativos fornecidos (em toneladas);
- valor unitário e valor total;
- dados bancários da contratada vinculados ao CNPJ.

11.2.3. Os quantitativos informados na Nota Fiscal deverão estar **estritamente compatíveis com os registros de medição**, incluindo:

- controles de retirada;
- relatórios da Administração;
- comprovantes de pesagem, quando houver.

11.2.4. Havendo erro ou inconsistência na Nota Fiscal, esta deverá ser corrigida ou substituída, ficando suspenso o prazo para pagamento até a regularização.

11.3. Da Liquidação da Despesa

11.3.1. Recebida a Nota Fiscal, será iniciado o prazo de até **10 (dez) dias úteis** para a liquidação da despesa.

11.3.2. A liquidação dependerá da verificação:

- dos quantitativos efetivamente fornecidos e medidos;
- da conformidade com as especificações técnicas;
- do atesto do Fiscal do Contrato;
- da regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

11.3.3. A Nota Fiscal deverá estar acompanhada de:

- relatório ou controle de fornecimento/retirada;
- documentos de medição (quando houver);
- atesto do Fiscal do Contrato.

11.3.4. A Administração poderá realizar consultas aos sistemas oficiais para verificação da manutenção das condições de habilitação da contratada.

11.4. Do Prazo de Pagamento

11.4.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **15 (quinze) dias corridos**, contados da conclusão da liquidação da despesa.

11.4.2. Em caso de atraso no pagamento por parte da Administração, os valores poderão ser atualizados monetariamente, conforme índice oficial adotado.

11.5. Da Forma de Pagamento

11.5.1. O pagamento será realizado de forma **parcelada**, conforme os quantitativos efetivamente fornecidos e atestados pela fiscalização.

11.5.2. Os pagamentos serão efetuados mediante transferência bancária em conta de titularidade da contratada.



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

11.5.3. Serão realizadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável.

11.5.4. Caso a contratada seja optante pelo Simples Nacional, deverão ser observadas as disposições específicas, mediante comprovação dessa condição.

11.6. Disposições Complementares

11.6.1. Somente serão pagos os materiais efetivamente fornecidos, medidos e atestados pela fiscalização.

11.6.2. A ausência de comprovação da medição ou do atesto do Fiscal impedirá a liquidação e o pagamento da despesa.

11.6.3. O controle das medições será essencial para assegurar:

- a correta aplicação dos recursos públicos;
- a transparência da execução contratual;
- a compatibilidade entre os quantitativos pagos e os efetivamente fornecidos;
- o atendimento aos princípios da eficiência e economicidade.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Foram realizadas pesquisas de mercado, incluindo análise de contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública e sistemas especializados de preços, bem como cotações diretas com fornecedores do ramo de mineração, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação.

A análise evidenciou que a solução mais adequada consiste na **contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica)**, por meio do **Sistema de Registro de Preços**, considerando a natureza contínua, variável e imprevisível da demanda.

Dessa forma, a contratação será realizada mediante processo licitatório, na modalidade **pregão, na forma eletrônica**, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

A adoção do Sistema de Registro de Preços, nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133/2021, justifica-se em razão:

- da impossibilidade de definição prévia e exata dos quantitativos a serem demandados;
- da necessidade de contratações frequentes e sob demanda;
- da busca por maior eficiência na gestão das aquisições;
- da economicidade decorrente da padronização dos preços registrados.

A escolha da modalidade pregão justifica-se por se tratar de **bens comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente disponíveis no setor de agregados minerais.

A seleção do fornecedor observará os princípios da legalidade, isonomia, julgamento objetivo, economicidade, eficiência e interesse público, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

12.1. Critério de Julgamento



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

O julgamento das propostas será realizado pelo critério de **menor preço por item**, conforme especificações constantes na planilha de referência.

Serão desclassificadas as propostas que:

- não atenderem às exigências técnicas estabelecidas;
- apresentarem preços inexequíveis ou manifestamente superiores ao valor estimado;
- contiverem vícios ou irregularidades insanáveis.

12.2. Da Habilitação

Para fins de habilitação, os licitantes deverão comprovar:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal e trabalhista;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica.

A regularidade fiscal e trabalhista será comprovada mediante apresentação de:

- I – comprovante de inscrição no CNPJ;
- II – certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- III – certificado de regularidade do FGTS;
- IV – certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT);
- V – certidões de regularidade perante as Fazendas Estadual e Municipal.

A qualificação econômico-financeira será comprovada mediante apresentação de **certidão negativa de falência ou recuperação judicial**, expedida pelo distribuidor da sede da empresa.

12.3. Da Qualificação Técnica

Para fins de qualificação técnica, poderá ser exigida:

- apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) o **fornecimento de materiais pétreos ou insumos minerais**, compatíveis com o objeto da contratação;
- comprovação de que a empresa atua no ramo de mineração, britagem ou comercialização de agregados minerais;
- demonstração de que dispõe de **jazida, pedreira ou depósito regularizado**, apto ao fornecimento dos materiais;
- comprovação de regularidade ambiental, quando aplicável, conforme legislação vigente.

A comprovação poderá ser realizada por meio de um ou mais atestados, admitindo-se o somatório, desde que demonstrada a capacidade operacional da licitante.

12.4. Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo situações excepcionais devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

12.5. Verificação das Condições de Habilitação

Antes da assinatura da Ata de Registro de Preços, será realizada a verificação da manutenção das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante consulta aos sistemas oficiais e análise da documentação apresentada.



A ausência de regularidade poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a convocação do próximo classificado, conforme previsto na legislação vigente.

12.6. Da Vedação à Participação de Pessoas Físicas

Fica vedada a participação de pessoas físicas no presente procedimento licitatório, tendo em vista que a execução do objeto demanda estrutura operacional compatível com a atividade de fornecimento de materiais pétreos, incluindo jazida, equipamentos de britagem, carregamento e logística de disponibilização dos insumos.

Dessa forma, restringe-se a participação a pessoas jurídicas, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e adequada execução contratual.

13. DAS SANÇÕES

13.1. O licitante ou a contratada será responsabilizado administrativamente pelas infrações cometidas no curso da licitação e da execução contratual, sujeitando-se às sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal cabíveis.

13.2. Das Infrações Administrativas

Constituem infrações administrativas, entre outras:

- I – dar causa à inexecução parcial do fornecimento;
- II – dar causa à inexecução parcial que cause dano à Administração ou ao interesse público;
- III – dar causa à inexecução total do objeto;
- IV – fornecer materiais em desacordo com as especificações técnicas;
- V – não disponibilizar os materiais nos prazos estabelecidos;
- VI – ensejar atraso injustificado no atendimento das solicitações da Administração;
- VII – apresentar documentação falsa;
- VIII – praticar ato fraudulento na execução contratual;
- IX – comportar-se de modo inidôneo;
- X – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação.

13.3. Das Sanções Aplicáveis

Nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderão ser aplicadas as seguintes sanções:

- I – advertência;
- II – multa;
- III – impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública;
- IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

13.4. Da Multa

A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

- I – **multa moratória:** em caso de atraso injustificado na disponibilização dos materiais, fixada em até **0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia**, limitada a **10% do valor do item ou da obrigação**;
- II – **multa compensatória:** em caso de inexecução total ou parcial do fornecimento, fixada em até **20% do valor contratado ou da parcela inadimplida**.



13.5. Do Impedimento de Licitar

A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública será aplicada nos termos da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até **3 (três) anos**, quando caracterizadas as hipóteses legais.

13.6. Da Declaração de Inidoneidade

A sanção de declaração de inidoneidade será aplicada nos casos de infrações graves, especialmente quando constatada fraude, dolo ou comportamento inidôneo, nos termos da legislação vigente.

13.7. Critérios para Aplicação das Sanções

Na aplicação das sanções, serão considerados:

- a natureza e a gravidade da infração;
- os danos causados à Administração;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- a conduta da contratada;
- eventual reincidência.

13.8. Processo Administrativo

A aplicação das sanções observará o devido processo legal, garantindo o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

13.9. Registro das Sanções

As sanções aplicadas poderão ser registradas nos sistemas oficiais competentes, conforme previsto na legislação vigente.

13.10. Responsabilização

A aplicação das sanções não exclui a obrigação da contratada de reparar integralmente os danos causados à Administração, inclusive quanto a eventuais prejuízos decorrentes do fornecimento inadequado dos materiais.

14. DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A gestão e a fiscalização da contratação serão exercidas por servidor(es) ou comissão formalmente designada pela Administração Municipal, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, cabendo ao Fiscal do Contrato acompanhar e verificar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

14.2. Competências do Fiscal do Contrato

Compete ao Fiscal do Contrato, dentre outras atribuições:

- a) acompanhar a disponibilização dos materiais pétreos (brita calcítica e moinha dolomítica), verificando sua conformidade com as especificações técnicas;
- b) controlar os quantitativos efetivamente fornecidos e retirados pela Administração;
- c) verificar a qualidade dos materiais disponibilizados, observando ausência de impurezas e adequação ao uso em obras e manutenção viária;
- d) acompanhar as condições de carregamento dos materiais, garantindo segurança e regularidade no atendimento;



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

- e) conferir registros de retirada, tickets de pesagem (quando houver) e demais documentos de controle;
- f) registrar ocorrências relacionadas ao fornecimento, tais como atrasos, indisponibilidade de materiais ou desconformidade;
- g) atestar o fornecimento para fins de medição, liquidação e pagamento;
- h) notificar formalmente a contratada para correção de falhas ou irregularidades, fixando prazo para regularização;
- i) acompanhar o cumprimento das obrigações contratuais;
- j) comunicar ao Gestor do Contrato situações que demandem providências administrativas;
- k) subsidiar a Administração na eventual aplicação de sanções.

14.3. O Fiscal do Contrato não terá poderes para alterar as condições contratuais nem para eximir a contratada de suas obrigações.

14.4. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada quanto à qualidade, regularidade e adequação dos materiais fornecidos.

14.5. Gestão Contratual

Caberá ao Gestor do Contrato:

- a) coordenar as atividades de fiscalização;
- b) acompanhar a execução administrativa e financeira;
- c) analisar relatórios de fornecimento;
- d) controlar o saldo da Ata de Registro de Preços;
- e) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada;
- f) adotar providências em caso de descumprimento contratual.

14.6. Controle da Execução

A execução do objeto será aferida com base nos quantitativos efetivamente fornecidos, considerando:

- a) registros de retirada realizados pela Administração;
- b) controle de cargas e viagens;
- c) comprovantes de pesagem, quando disponíveis;
- d) relatórios validados pela fiscalização.

Somente serão considerados para pagamento os materiais efetivamente fornecidos e atestados.

14.7. Registros da Execução

A execução contratual deverá ser registrada por meio de documentos administrativos, tais como:

- controles de retirada;
- relatórios de fornecimento;
- medições periódicas;
- notas fiscais;
- comunicações formais;
- demais registros que assegurem rastreabilidade e transparência.

15. APLICABILIDADE DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

15.1. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente dos arts. 47 e 48, será assegurado tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME), Empresas de Pequeno



Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Porte (EPP) e equiparadas, com vistas à ampliação da competitividade e ao desenvolvimento econômico local e regional.

15.2. Fica estabelecida a reserva de cota para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos do art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

15.3. As cotas destinadas às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte estão sendo expressamente reservadas nesta contratação, correspondendo a **até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo de cada item**, conforme detalhamento constante na planilha de itens, sendo de participação exclusiva dessas empresas.

15.4. Os quantitativos remanescentes, correspondentes a aproximadamente **75% (setenta e cinco por cento)**, destinam-se à ampla concorrência, assegurando a competitividade e a viabilidade do atendimento integral da demanda.

16. TERMO DE CIÊNCIA DO FISCAL

Eu, **Judas Tadeu Pinto**, declaro estar ciente de minha designação como Fiscal do Contrato referente ao objeto deste Termo de Referência. Comprometo-me a desempenhar minhas funções com diligência, imparcialidade e integridade, garantindo o cumprimento das cláusulas contratuais, o controle de prazos e a avaliação do desempenho da contratada. Estou ciente da importância de documentar todas as comunicações e ocorrências relacionadas ao contrato.

Judas Tadeu Pinto
Secretário Municipal de Obras

Rafael Silva Alves
Secretaria Municipal de Urbanismo

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A empresa contratada é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em todas as fases do processo de contratação e execução, podendo a falsidade de qualquer documento ou informação ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis e das responsabilidades civil e penal.



17.2. O eventual descumprimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da capacidade da contratada, a compreensão do objeto ou a execução contratual não implicará, necessariamente, na aplicação de penalidades, desde que não haja prejuízo ao interesse público nem afronta aos princípios da Administração Pública.

17.3. A Administração poderá revogar o processo de contratação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-lo por ilegalidade, total ou parcialmente, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurado o devido processo legal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

17.4. A contratada reconhece que a inexecução total ou parcial do objeto, bem como o descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência, poderá ensejar a rescisão unilateral do contrato pela Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

17.5. A Administração providenciará a publicação do extrato da Ata de Registro de Preços, bem como de eventuais contratos dela decorrentes e termos aditivos, nos meios oficiais de publicidade, garantindo a transparência e publicidade dos atos administrativos.

17.6. Integram este Termo de Referência, para todos os fins:

- o Estudo Técnico Preliminar – ETP;
- o Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- a pesquisa de preços e mapa de apuração;
- a planilha de quantitativos e especificações dos materiais;
- demais documentos que instruem o processo administrativo.

17.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com fundamento na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006 e nas demais normas que regem as contratações públicas.

17.8. A execução do objeto deverá observar integralmente as normas técnicas aplicáveis aos materiais pétreos, sendo de responsabilidade da contratada garantir a qualidade, regularidade e adequação dos materiais fornecidos, inclusive quanto às condições de extração, beneficiamento e disponibilização.

18. CONTATO DO DEMANDANTE PARA ESCLARECIMENTOS/DÚVIDAS SOBRE O OBJETO DA CONTRATAÇÃO

NOME: **Central de Planejamento, Coordenação, e Gestão de Contratações Públicas**

TELEFONE: **(37) 3412-2820**

E-MAIL: gestaocontratacoespimentamg@gmail.com



MUNICÍPIO DE PIMENTA - ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ N.º: 16.725.962/0001-48

E-mail: gestacontratospta@gmail.com
gestacontratacoespimentamg@gmail.com

CPCGC

Central de Planejamento, Coordenação e Gestão de Contratações Públicas

Pimenta/MG, 29 de abril de 2026.



Assinatura Eletrônica por: Pablo Henrique da Costa, em: 29/04/2026 08:21:47 - Gerente de Seção de Contabilidade, CPF: ***.457.666**. Hash: fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf8fb&st=int

Pablo Henrique da Costa
Central de Planejamento, Coordenação,
e Gestão de Contratações Públicas - CPCGC



Assinatura Eletrônica por: Judas Tadeu Pinto, em: 29/04/2026 08:09:18 - Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes, CPF: ***.431.436**. Hash: 9a1158154dfa42caddbd0694a4e9bdc8&st=int

Judas Tadeu Pinto
Secretário Municipal de Obras



Assinatura Eletrônica por: Rafael Silva Alves, em: 29/04/2026 08:09:13 - Secretário Municipal de Urbanismo, CPF: ***.419.496**. Hash: 1c383cd30b7c298ab50293adfecb7b18&st=int

Rafael Silva Alves
Secretaria Municipal de Urbanismo

ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Judas Tadeu Pinto - na Data/Hora: 29/04/2026 08:39:40 - CPF: ***.431.436** - Ident.: ** 13.305.6** - Cargo: Secretário Municipal de Obras, Serviços e Transportes - Qualificado em: 14/03/2016 - Pelo Documento: Matricula: 2174-8 - Código de Autenticidade da Assinatura: 9a1158154dfa42caddbd0694a4e9bdc8, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 618924 - Nome do Documento: Materiais Agregados - Tipo do Documento: Retificação Termo de Referência - produzido em: 29/04/2026, Neste ato assinado por: Judas Tadeu Pinto - na data: 29/04/2026 08:09:18. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W8S9F2L4



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Rafael Silva Alves - na Data/Hora: 29/04/2026 08:39:40 - CPF: ***.419.496** - Ident.: **-17.230.1** - Cargo: Secretário Municipal de Urbanismo - Qualificado em: 01/10/2021 - Pelo Documento: Matricula: 2880-4 - Código de Autenticidade da Assinatura: 1c383cd30b7c298ab50293adfecb7b18, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 618924 - Nome do Documento: Materiais Agregados - Tipo do Documento: Retificação Termo de Referência - produzido em: 29/04/2026, Neste ato assinado por: Rafael Silva Alves - na data: 29/04/2026 08:09:13. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W8S9F2L4



ASSINATURA ELETRÔNICA DIGITAL



Documento Assinado Eletronicamente por: Pablo Henrique da Costa - na Data/Hora: 29/04/2026 08:39:40 - CPF: ***.457.666** - Cargo: Gerente de Seção de Contabilidade - Qualificado em: 05/01/2026 - Pelo Documento: Port. 2.543/ 2026 - Código de Autenticidade da Assinatura: fc490ca45c00b1249bbe3554a4fdf6fb, com fundamento na Lei Nº 14.063 de 23 de Setembro de 2020. - Certificação de Autenticidade em: <https://app.prefeiturapimenta.mg.gov.br/protocolo/>



DADOS DO DOCUMENTO

Código do Documento: 618924 - Nome do Documento: Materiais Agregados - Tipo do Documento: Retificação Termo de Referência - produzido em: 29/04/2026, Neste ato assinado por: Pablo Henrique da Costa - na data: 29/04/2026 08:21:47. Código de Autenticidade do Documento: T0G0X0P0Y0Z0V0B0N0R0T6U1W8S9F2L4

